

Resenha bibliográfica 1

As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo

Hirshman, Albert O. *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a Favor do Capitalismo antes de seu Triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (edição inglesa: Princeton: Princeton University Press, 1977).

MARIA VALÉRIA JUNHO PENA*
RICARDO TOLIPAN*

Segundo o próprio autor, a origem do livro é a “incapacidade da ciência social contemporânea de lançar alguma luz sobre as consequências políticas do crescimento econômico” (p. 13). Trata-se de um programa economicista de pesquisa sobre as relações entre o econômico e o político que, como tal, subordina o segundo ao primeiro. Essa proposta, todavia, é cancelada ao entrar em contato com um campo de discussão (o chamado pensamento político dos séculos XVII e XVIII) para o qual não tinha sentido a distinção entre os termos. Não obstante, a equação reaparece no capítulo conclusivo, já agora com a relação de subordinação invertida: “Minha pretensão [*claim*, no original] é de que a difusão de formas capitalistas deveram muito a uma . . . desesperada busca de um modo de *evitar a ruína da sociedade*, ameaça permanente na época devido aos precários arranjos no que se referia à ordem interna e externa”

* Da FEA e do IEI/UFRJ.

(p. 132, grifos do autor). O eufemismo quantitativo (“deveram muito”) não esconde o mal-estar de uma postura que tem dificuldade de se libertar da distinção entre campos do conhecimento que definem o moderno saber, ao emergir do estudo de um período cuja força estava exatamente em manter a unidade do objeto social que tratava, isto é, a sociedade burguesa em suas múltiplas dimensões.

Apesar deste embaraço que norteia sua pesquisa, o livro permanece estimulante ao romper com o economicismo mais cru, transformando-se ao longo de seu desenvolvimento numa inteligente e original abordagem do campo discursivo clássico.

O fato é que a passagem de uma sociedade estamental, que condenava a usura e valorizava a atividade improdutiva, para uma outra, mercantilizada em suas relações sociais, tem sido tratada de diversas maneiras, inconclusivas em sua maior parte — e a opção pela ambígua denominação de transição mais obscurece que ilumina. A intervenção de Hirshman nesse debate tem o mérito de apresentar com leveza e bom gosto o aspecto, em geral pouco ressaltado, do desenvolvimento dos princípios ideológicos que legitimaram em sua origem a atividade de ganhar dinheiro.

Além disso, o autor volta a frisar, pelo tema que escolhe e pelo modo de tratá-lo, o caráter historicamente determinado daquela atividade e do tipo de organização social a que dá lugar: o capitalismo. Estas virtudes são raras, sobretudo quando provenientes da pena de um economista, e é confortante poder saudar nele uma destas poucas obras que cumpre mais e melhor do que seu programa permite.

O objeto que Hirshman começa por tratar é o de que passos foram dados na construção de uma imagem do capitalismo, em que esse aparece como uma forma de organização social auto-regulável e dotada de uma racionalidade imanente, capaz de organicamente resolver conflitos, gerar bem-estar e aprimorar a ordem política.

O autor inicia sua análise mostrando como o trabalho de demolição do ideal heróico medieval, empreendido nos séculos XVI e XVII, abriu espaço para a construção de um *ethos* capitalista. Um movimento devastadoramente crítico transformou o romântico herói da cavalaria andante no vaidoso de Pascal, no egoísta de La Rochefou-

cauld, no pobre e ridículo louco de Cervantes. Mas o que mais importa para Hirshman é menos identificar a morte de uma escala de valores de que a alteração na perspectiva de tratamento dos seres humanos. Trocam-se agora as lentes do visor: se com a ética medieval adotava-se uma postura normativa da natureza humana, trata-se agora de encará-la “como ela realmente é”.

Hirshman associa essa mudança no enfoque à conformação científica geral do ambiente intelectual desde o século XVI, que teve no âmbito da análise da sociedade, a começar por Maquiavel, um efeito “realista”: “Na tentativa de ensinar ao príncipe como conquistar, manter e ampliar o poder, Maquiavel elaborou sua célebre e fundamental distinção entre a ‘verdade efetiva das coisas’ e as ‘imaginárias repúblicas e monarquias que nunca foram vistas nem se soube que tenham existido’. Ficava implícito que os filósofos éticos e políticos tinham até então falado exclusivamente das últimas, e que tinham deixado de fornecer informações adequadas ao mundo real, onde o príncipe é obrigado a funcionar. Essa demanda por uma abordagem científica e positiva somente mais tarde desloca-se do príncipe para o indivíduo, da natureza do Estado para a natureza humana. Maquiavel provavelmente percebeu que uma teoria realista do Estado exigia um conhecimento da natureza humana...” (p. 22 [a citação corrige a tradução em português]).

Essa primeira constatação é relevante porque está na raiz da compreensão do social como mecanismo auto-equilibrador, como sistema de contrapesos.

Olhando para o ser humano como ele realmente é, o pensamento dos séculos XVI e XVII descobriu que seu tecido original e irreduzível consistia num conjunto de paixões destrutivas. A rigor, entender as paixões como algo maléfico constitui a ponte entre a nova moral que surge e a ética teológica que presidiu o período anterior.

Diante do fato da irreduzibilidade das paixões, postulava-se a questão de como domá-las, ou seja, se não se podia negá-las sem negar a natureza humana, somente restava, no caminho da harmonia, o equilíbrio entre elas. A alternativa hobbesiana do pacto com o demônio não é tratada pelo autor.

Uma segunda solução controladora de paixões foi justamente a do “equilíbrio geral” entre as mesmas, que teria como efeito sua

mudança de sinal. A idéia está resumida em Vico e Pascal, que anteciparam a mão invisível smithiana, e magistralmente retratada no Mefhisto, de Goethe, definido como “uma porção daquela força que sempre deseja o mal e que sempre faz aflorar o bem” (cf. p. 27). Entretanto, o processo de transformação de paixões em virtudes permaneceu obscuro. No século XVIII, Vico escrevera que a sociedade, “da ferocidade, da avareza e da ambição... fez a defesa nacional, o comércio e a política e, assim, ela produz a força, a riqueza e a sabedoria das repúblicas; desses três vícios que seguramente acabariam por destruir o homem na terra, a sociedade faz, desse modo, surgir a felicidade civil” (cf. p. 25). A não explicitação da lógica metamorfoseadora dos vícios pessoais em virtudes sociais fez com que a idéia não fecundasse, e mesmo Adam Smith não pode, a rigor, ser considerado como parte da mesma trilha discursiva: ele não pensava mais em vícios e paixões, e sim em interesses e vantagens.

Afinal, será uma terceira possibilidade de que Hirshman privilegiará em sua análise: é ele mesmo quem a batiza de *countervailing passion* (que a tradução em português optou por denominar de “paixão equivalente contrária” ou “paixão contraposta”). A idéia aqui é que, no mundo das paixões, uma despontaria como contrapeso às demais, e nesse sentido ela agiria como um antídoto à violência das outras.

A esse respeito, Hirshman insinua que, na passagem da ética medieval à capitalista, aceita-se o diagnóstico que a primeira faz da natureza viciosa da humanidade, recusando-se a terapêutica: ao invés de combatê-la com a virtude (de resto, submetida à crítica do ideal heróico), procura-se no âmbito mesmo do vício algo que contenha um princípio dormitativo. O autor acompanha o surgimento dessa “paixão” contraposta em Spinoza, Hume e D’Holbach: “Uma afeição não pode ser controlada ou removida a não ser por um afeto mais forte e oposto” (Spinoza); “Com muita freqüência, ela [a humanidade] só pode curar um vício com outro” (Hume); “As paixões são o verdadeiro contrapeso das paixões” (D’Holbach).

A construção completa da idéia depende, então, em primeiro lugar, de se reconhecer que o conjunto das paixões dispunha de um mecanismo compensador e, em segundo, de se apontar esse mecanismo, ou seja, definir uma paixão como capaz de acalmar as demais. Segundo

o autor, ambos os momentos lógicos fundam-se em Maquiavel. Com efeito, se analiticamente são momentos distintos, a idéia de “interesse” em Maquiavel unifica-os.

Recebida como uma espécie de salvação para as angústias intelectuais e morais do período, não ficou suficientemente explícito “qual o lugar que [o interesse] ocupava em relação às duas categorias que dominaram a análise das motivações humanas desde Platão, isto é, as paixões de um lado e a razão do outro... Foi considerado que o interesse integrava a melhor parte de cada uma, sob a forma de paixão do amor-próprio agora elevada e contida pela razão, e da razão à qual essa paixão dava força e direção” (p. 46).

Enfim, descobriu-se o princípio de análise do comportamento humano que, além de garantir a possibilidade da ordem social, tinha a vantagem extra de conferir previsibilidade e transparência ao comportamento humano. “De um lado, portanto, se um homem busca seu interesse estará agindo bem, já que, por definição, ‘o interesse não lhe mentirá ou enganará’ – este era o verdadeiro significado do provérbio. Por outro lado, é vantajoso também para os outros que ele busque seu próprio interesse, dado que sua maneira de agir se torna assim transparente e previsível, quase como se ele fora uma pessoa integralmente virtuosa” (p. 51). Essa estratégia de comportamento foi, quase de imediato, transposta para o plano estritamente econômico da ação, transformado que foi o interesse em vantagem pecuniária.

Assim fecha-se um círculo: da necessidade política de garantir a ordem social pelo domínio das paixões, chega-se ao critério econômico desta garantia. Locke, Montesquieu e Samuel Johnson rapidamente traduziram as vantagens econômicas em defesa do comércio, e a filosofia moral transformou-se em paladino do ganhar dinheiro: “Existem poucas maneiras nas quais um homem pode estar mais inocentemente empregado do que na obtenção de dinheiro” (Samuel Johnson, cf. p. 57). Por todas essas razões segue-se naturalmente o elogio do interesse, que teria sua expressão última na idéia de paixão calma com Hutcheson e Shaftsbury.

A segunda parte do livro de Hirshman dedica-se a analisar como a defesa dos interesses visava não apenas a garantir a ordem social, mas ao mesmo tempo a aprimorar as próprias instituições políticas,

tomando como base sobretudo textos de Montesquieu, John Stuart Mill e John Millar. Em síntese, a nova idéia agora é que existe uma situação especial em que as paixões tornam-se ainda mais perigosas e, portanto, onde é mais necessário acalmá-las; esta é a situação das paixões no poder: “As paixões que mais necessitam de freios são as dos poderosos, que estão em posição de causar danos em grande escala, e os quais eram considerados como sendo particularmente bem providos de paixões em comparação com os estamentos sociais mais modestos” (p. 72). Nisto reside o caráter pedagógico ou civilizatório do interesse: ele é capaz de impor a estratégia particular à estratégia do poder central, e com isto serená-lo, ou seja, o poder, ele mesmo, encontra na lógica do interesse as possibilidades de sua ampliação. Ora, esta lógica exclui a presença das paixões predatórias e, como por assim dizer, racionaliza o comportamento poderoso. A lógica do interesse é, portanto, niveladora dos comportamentos; todos os interessados na expansão econômica atuam, por conviência, segundo o mesmo padrão. Não resta diferença entre Sua Majestade Serenada e o bom burguês *gentilhomme*.

Finalmente, o livro encerra recordando que, se as paixões foram acalmadas, a dúvida que o século XIX viria colocar, desde os utópicos, é quanto ao caráter de fato civilizatório deste mundo desapixionado e mesquinho. As esperanças postas nessa nova escala mercantil de valores cede rápido à desilusão com um mundo cada vez mais confortável mas alienado, reprimido, injusto e desencantado.

A tradução de Lucia Campello realiza um indiscutível esforço de fidelidade não apenas a Hirshman, mas também, o que é mais difícil, aos inúmeros textos dos séculos XVI, XVII e XVIII citados. Não obstante, escorrega em certas passagens, talvez até pela excessiva preocupação com fidelidade e rigor, ao que se somam defeitos de revisão técnica. Se uma das grandes qualidades do texto em inglês é a *nonchalance* com que o autor se move no difícil pensamento clássico, a tradução em português transforma seguidamente o que é leveza em banalidade, o que é ironia em severidade e o que é apenas difícil e nuançado em incompreensível. Isto é de se lamentar, pois, afinal, o texto agrada também por ser um trabalho “realizado nas férias”, uma obra lúcida e bem escrita, não apenas mais um entediante tratado de história das idéias.